

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 010

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE MARÇO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Durval Amaral*  
*Líder da Oposição ..... Waldyr Pugliesi*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Ademar Luiz Traiano*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Luciana Rafagnin*  
*PDT ..... Luiz Carlos Zuk*  
*PSL ..... Luiz Carlos Martins*  
*PL ..... Pastor Edson Praczyk*  
*PPS ..... Cezar Silvestri*

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
05 DE MARÇO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 304

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido

o douto Plenário, desarquivamento do Projeto de Lei nº 133/96, que reserva aos alunos domiciliados no Estado do Paraná 90% das vagas das Instituições Estaduais de Ensino Superior, de autoria do ex-deputado Edgar Bueno.

Tal reivindicação deve-se ao fato de que as instituições estaduais são mantidas a partir de impostos recolhidos dos paranaenses, que por sua vez não conseguem vagas para seus filhos porque já há alguém de fora do Estado ocupando-a. Não é justo que o Paraná pague a conta, já que abriga apenas uma Universidade Federal, ao mesmo tempo em que o Rio Grande do Sul possui 4 e Minas Gerais 7 instituições mantidas pela União.

Compreendemos que o cidadão brasileiro tem o direito de cursar seu 3º grau em qualquer parte do território nacional, desde que a Universidade seja federal ou particular.

Por ser este, um projeto de interesse da população paranaense, solicitamos aos nobres parlamentares a aprovação deste requerimento, para que o mesmo tenha seu tramite normal e seja analisado pelas comissões desta Casa de Leis e posteriormente seja deliberado pelo plenário.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 286

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta colenda Casa de Leis, um voto de congratulações à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Antonina, para o exercício de 2.002, cuja diretoria tomou posse em 27 de dezembro de 2.001, ficando assim constituída: presidente: Roberto Fernandes; vice-presidente: Altamiro do Rosário; 1º secretário: Ariosvaldo Ribeiro de Lima e 2º secretário: Joacir Fernandes.

À nova diretoria nossos sinceros cumprimentos pela eleição, augurando-lhes votos de muitas realizações. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 296

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações ao Colégio Estadual General Osório, de Ponta Grossa, pela premiação recebida "Amigos da Escola".

Foi acreditando no trabalho voluntário do programa "Amigos da Escola", promovido pela Rede Globo de Televisão, que o Colégio Estadual General Osório está entre os 400 colégios de todo o Brasil a ter o seu esforço reconhecido pelo referido programa.

O Colégio atende 1200 alunos, de 5ª a 8ª séries e ensino médio. O prêmio “Amigos da Escola” é uma recompensa por todo o esforço e trabalho da diretoria, demais funcionários, pais de alunos, ex-alunos, estudantes e membros da comunidade, que se esforçam para colocar o projeto em prática.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao Colégio Estadual General Osório, em nome do diretor, senhor João Chagas, assim como os demais funcionários, e a todos que participaram do referente projeto, na Avenida Gal. Carlos Cavalcanti, 1553 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 288

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Wilson Muraro e Maria Libera Muraro, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando “bodas de prata”.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possamos continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 299

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João Chaste e Cleci Correa Chaste, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando “bodas de prata”.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possamos continuar

vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 300

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Francisco Sales Novaes e Zenaide Marafate Novaes, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando “bodas de prata”.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possamos continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 301

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Alceu Cardoso e Tereza Alves Cardoso, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando “bodas de prata”.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possamos continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 303**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao município de Santa Helena pelo recebimento do prêmio Cidade Eficiente em Energia Elétrica, ocorrido no dia 05 de março de 2002.

O projeto “Experiências de Santa Helena” apresentado pelo município, para participar do prêmio Cidade Eficiente em Energia Elétrica, foi agraciado nas categorias Educação e Prédios Públicos Municipais, relativo ao ano 2001.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) ELI GHELLERE

**REQUERIMENTO Nº 305**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Furnas Centrais Elétricas S/A, alusivos à comemoração de seus 45 anos de fundação comemorados em 28 de fevereiro último.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao chefe do departamento de produção de Furnas-PR, engenheiro Maurício Zaroli, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Joslim dos Santos nº 3555, Bairro Cidade Nova, CEP: 85.857-970, Curitiba-PR, ao engenheiro Djair Roberto Fernandes, chefe da subestação de Ivaiporã e ao funcionário Luemar Tadeu Weber, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Rio de Janeiro, nº 118, Bairro Alto da Glória, CEP: 86.870-000, Ivaiporã-PR, ao engenheiro José de Nazareth Della Santa Panza, chefe do escritório de construção de Ivaiporã, e ao funcionário Ivo Pereira da Silva, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Mafra, nº 20, CX: 10, CEP: 86.870-000, Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

A empresa Furnas Centrais Elétricas S/A, vem contribuindo ao longo dos anos de forma significativa para o desenvolvimento econômico e social da região do Vale do Ivaí.

Sendo a maior do setor elétrico federal, é responsável por 35% da energia consumida no Brasil.

Em Ivaiporã, Furnas injeta mensalmente algo em torno de R\$1.000.000,00 de reais, principalmente no comércio, na rede médico-hospitalar, salários entre outros, gerando em Ivaiporã aproximadamente, 220 empregos diretos e indiretos.

No aspecto social realiza vários projetos, tendo como resultado principal a melhoria da qualidade de vida da população assistida, sendo que entre eles podemos citar o projeto Sopão, a doação de ambulâncias, tratores e demais veículos que realizam atendimento à comunidade

carente, a distribuição de cestas básicas entre outras atividades de elevado teor social.

**REQUERIMENTO Nº 294**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal de Rio Bonito do Iguaçu, senhor Cezar Bovino, com votos de congratulações pelo aniversário do município, a ocorrer no dia 19 do mês em curso.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência também ao vice-prefeito, senhor José Ferreira e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Marcos Brustolin.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Rio Bonito do Iguaçu é formado por gente ordeira e hospitaleira que acredita ser o trabalho a receita para um futuro mais promissor. A população lá residente, conhece muito bem os segredos que cercam a agricultura e fazem dela a principal fonte de renda. Rio Bonito do Iguaçu é exemplo vivo de que administrações sérias produzem resultados positivos e a Prefeitura Municipal não tem medido esforços para colaborar com o progresso da cidade. Deste modo, ao cumprimentar a classe política pela passagem de tão importante data, é justo render também votos de congratulações a toda a população que sempre participou do desenvolvimento daquela localidade.

**REQUERIMENTO Nº 295**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal de Saudade do Iguaçu, senhor Luiz Giacomini, com votos de congratulações pelo aniversário do município, a ocorrer no dia 19 do mês em curso.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência também ao vice-prefeito, senhor Nilson Bitencourt e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Azenir Cambruzzi.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Saudade do Iguaçu é formado por gente ordeira e hospitaleira que acredita ser o trabalho a receita para um futuro mais promissor. A população lá residente, conhece muito bem os segredos que cercam a agricultura e fazem dela a principal fonte de renda. Saudade Iguaçu é exemplo vivo de que administrações sérias produzem resultados positivos e a Prefeitura Municipal não tem medido esforços para colaborar com o progresso da cidade. Deste modo, ao cumprimentar a classe política pela passagem de tão importante data, é justo render tam-

bém votos de congratulações a toda a população que sempre participou do desenvolvimento daquela localidade.

#### REQUERIMENTO Nº 293

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. doutor Wilson Justus Soares, no sentido de determinar ao setor competente, estudos para a agilização do escoamento da safra agrícola 2002 pelo Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na última safra, o escoamento da produção agrícola pelo Porto de Paranaguá, foi prejudicado pela lentidão dos trabalhos no porto, causando enormes filas de caminhões na BR-277, em quase toda sua extensão de Paranaguá a Curitiba, com prejuízos incalculáveis aos empresários, transportadores e caminhoneiros.

Esta a razão da nossa solicitação ao Exmo. Sr. doutor Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar providências ao setor competente, para agilizar ações para a prevenção para o escoamento da produção da safra 2002 que será bem maior. Além disso, os produtores e transportadores queixam-se do mau estado de várias rodovias, com prejuízos com a parcela de grãos derramados nas estradas em consequência dos buracos.

O problema se agrava neste período do ano com a colheita de soja, milho e arroz nas principais regiões produtoras. As estradas em mau estado também aumentam o custo de manutenção de veículos, além disso, provocam um crescimento no consumo de combustível e dobram o tempo das viagens para o transporte de cargas.

Temos vários trechos de nossas rodovias, transformadas num campo de buracos e lama, dificultando extremamente o escoamento da produção.

Estamos certos que contamos com a capacidade do pessoal envolvido em todos os setores da Secretaria de Estado dos Transportes, para solucionar pelo menos em parte esta angustiante solicitação que ora formulamos.

#### REQUERIMENTO Nº 297

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto plenário, o envio de expediente ao diretor do Departamento de Trânsito- Detran - a fim de que o mesmo responda aos seguintes questionamentos:

. qual a finalidade da cobrança do IPVA e para quais fins foi instituído?

. Qual está sendo atualmente o destino dos recursos arrecadados através desse tributo?

Requeremos ainda, cópia de toda legislação que disciplina a cobrança do IPVA.

Sala das Sessões, em 05.03.2002

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tomamos a iniciativa de apresentar este requerimento, no sentido de buscar esclarecimentos junto ao Departamento de Trânsito - Detran, com relação ao destino de 50% (cinquenta por cento) dos recursos arrecadados pelo Estado, através do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Gostaríamos de saber onde efetivamente estão sendo aplicados estes recursos e quais as áreas que estão sendo beneficiadas com o produto desta arrecadação.

Por outro lado, somos sabedores que os outros 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, pertencem aos municípios, conforme preceito constitucional (artigo 158, inciso III, CF).

#### REQUERIMENTO Nº 287

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Almirante Tamandaré, sito na Vila Bordim - Bairro Braga, município de Almirante Tamandaré, os quais pedem policiamento ostensivo, em regime de urgência, em toda a região.

Diariamente ocorrem arrombamentos nas residências, deixando os moradores apreensivos. A situação é crítica e necessita da presença de policiais que venham proporcionar segurança à população.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 79/2002

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado, o Poder Executivo do Estado do Paraná, a ceder, em regime de comodato, por prazo indeterminado, o uso do imóvel em alvenaria, pertencente à Codapar, situado no Canal da Draga, no município de Pontal do Paraná, ao Instituto de Cultura Espírita do Paraná.

Art. 2º - A cessão dos direitos de uso a que se refere o artigo 1º, será assegurada pelo compromisso dos usuários de manutenção e recuperação das suas instalações.

Art. 3º - O imóvel em referência não poderá ser utilizado para outros fins, que não os especificados, nem transferido ou cedido a terceiros, sob pena de anulação dos Termos do Comodato.

Art. 4º - As despesas e medidas necessárias ao cumprimento do Termo de Comodato, bem como medidas necessárias ao funcionamento da Escola Profissionalizante, e, ainda, com as futuras benfeitorias efetuadas no local, não serão ressarcidos sob qualquer alegação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

O imóvel em referência, de propriedade da Codapar, que serviu à Cooperativa dos Pescadores, encontra-se abandonado e em total estado de deterioração há mais de sete anos, em razão da falência da referida Cooperativa de Pescadores, que ocupava o imóvel. O padre Valter Aparecido Pegorer, na direção da Codapar, tinha interesse em formar uma parceria com o Instituto de Cultura Espírita do Paraná, para utilização das instalações, destinadas à implantação de uma Escola Profissionalizante, na área de Oceania e Pesca, para atender filhos de pescadores e seus familiares, após a aprovação pelo Proep - Programa de Ensino Profissionalizante do Mec, conforme ofício nº 425/98- DIFRE, de 23 de setembro de 1998, e ofício 121/DIFRE, datado de 31 de março de 2000. O Instituto de Cultura Espírita do Paraná mantém o propósito de implantar a Escola Profissionalizante, além de pretender instalar Centro Superior de Ciências do Mar e Biologia Marítima.

Cabe esclarecer, senhor presidente e senhores deputados, que o lote de terreno onde se acha edificado o imóvel em alvenaria antes referido, é de propriedade do Instituto de Cultura Espírita do Paraná, possuindo os seguintes limites e confrontações: 67,70m de frente para o Canal da Draga; 57,15m confrontando com terreno de Reinaldo P. da Silva Júnior; 50,00m confrontando com terreno de Pedro Alves Francisco; e, 83,00m confrontando com a Baía de Paranaguá. Somando a área total de 3.500m .

Também, é bom esclarecer que já se acha liberado pelo Proep-Mec, a quantia de R\$2.210.000,00 a fundo perdido, que poderá ser levantado, tão logo seja aprovado e sancionado o presente projeto. Contudo, o prazo para o levantamento da referida importância, expira no dia 10 de março vindouro, daí a urgência na aprovação do presente projeto.

Dessa maneira, esperamos contar com a sempre habitual compreensão dos nobres pares desta Casa de Leis, para o devido apoio e a necessária aprovação do projeto em referência.

## PROJETO DE LEI Nº 80/2002

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube Anos Dourados, com sede e foro no município de Andirá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.03.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube Anos Dourados, que tem realizado excelente trabalho junto a 3ª Idade do município de Andirá e de toda região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

## PROJETO DE LEI Nº 81/2002

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar imóvel situado na zona urbana do município de Andirá, constituído pelo lote A, com área total de 315,30m (trezentos e quinze metros e trinta centímetros quadrados), na forma do matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Andirá, sob nº 7.843, folha 01, livro 02, ao Clube Anos Dourados.

Parágrafo Único - A doação do imóvel que se refere o *caput* deste artigo, será gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para a construção da sede social do Clube Anos Dourados, não podendo ter outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.03.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a doar ao Clube Anos Dourados - 3ª Idade de Andirá, o direito de uso de terreno situado na área urbana do município de Andirá.

A entidade Clube Anos Dourados - 3ª Idade de Andirá, fundada em 22 de outubro de 1998, tem realizado maravilhoso trabalho, junto à coletividade idosa do Município de Andirá e de toda a região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 83/2002

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - A empresa concessionária ou o Estado do Paraná, destinará ao município de Guaíra, vinte (20%) por cento dos recursos arrecadados pela cobrança de pedágio dos usuários da Ponte Ayrton Senna da Silva.

Parágrafo Único - O município de Guaíra destinará os recursos na implementação de programas municipais de geração de empregos e para subvencionar entidades filantrópicas e assistenciais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Guaíra sofreu um duro golpe com o desaparecimento de Sete Quedas. Verdadeira obra da natureza, era causa do desenvolvimento do município e de toda a região. O turismo, força propulsora da economia regional, porém, definhou com o lago de Itaipu, destinado à geração de energia. Mesmo os royalties não condizem com os valores até então arrecadados e não conseguem fazer frente à realidade local.

O presente projeto de lei visa equacionar as necessidades do município e as possibilidades econômicas regionais. A construção da Ponte Ayrton Senna é uma destas realidades e que poderá servir e muito como fator de desenvolvimento e geração de emprego, e que por outro lado contribuirá para trazer em curto espaço de tempo, recursos a serem arrecadados com a cobrança efetiva de pedágio dos usuários.

Os estudos técnicos indicam que o município poderia participar de vinte por cento da receita bruta arrecadada, investindo em áreas de fomento econômico ou de assistência social.

Dada a importância do projeto de lei, anseio da comunidade do município de Guaíra, certamente receberá o apoio desta Casa.

#### PROJETO DE LEI Nº 84/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o município de Marialva/Paraná denominado como "Capital da Uva Fina do Paraná".

Parágrafo Único - A referida denominação passará fazer parte do Calendário de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa denominar o município de Marialva/Paraná como "Capital da Uva Fina do Paraná", o qual tem por objetivo promover o turismo na região.

Marialva situado no Noroeste do Paraná é um município de características agrícolas, grande produtor de soja e trigo e o maior produtor de uvas finas do Estado.

Conhecida como a Capital da Uva Fina, Marialva conta com 1.550 ha. de parreiras e cerca de 750 produtores que colhem duas safras anuais.

A atividade emprega diretamente 5.000 pessoas e outros 2.000 temporários. Estima-se que direta e indiretamente estejam envolvidas mais de 10.000 pessoas. Isto faz com que não haja ociosidade de mão-de-obra e que o nível de renda da população seja um pouco melhor quando comparado a municípios vizinhos. Utiliza inclusive a mão-de-obra feminina nos trabalhos de poda, limpeza, colheita e embalagem do produto pela sua melhor qualificação nessas atividades, empregando-a de forma diferenciada.

Com uma produção anual de aproximadamente 40.000 toneladas de uva tem 2 safras (de inverno, de verão). O valor bruto da produção representa aproximadamente R\$32.000.000,00/ano.

A renda produzida pela viticultura tem a peculiaridade de serem muito bem distribuída, pois a característica dos produtores que se dedicam à viticultura no município é de possuírem pequenas propriedades e empregarem mão-de-obra familiar.

Para comemorar o sucesso desse trabalho em Marialva, fruto do pioneirismo dos imigrantes japoneses que aqui se instalaram em década de 60. Do poder público local e estadual, de profissionais de empresas de Extensão Rural do Paraná, surgiu em 1988 a "Festa da Uva Fina de Marialva".

A Festa da Uva Fina de Marialva tem como objetivo principal promover e apoiar a produção de uvas finas e seus produtores. Oferecem ao público a oportunidade de comprar uvas de qualidade direto dos produtores, opções de lazer e entretenimento.

Hoje, caracteriza-se por ser um evento ímpar no gênero no Estado do Paraná e no Brasil. Reúne produtores que participam expondo as uvas ao grande público. É realizado o concurso da Uva Fina de Mesa onde os produtores expõem o que há de melhor em uvas de nível internacional. É também realizado o concurso dos chupadores de uvas e do tomador de vinho de metro, ambos a nível nacional e o concurso da Rainha da Uva, onde são escolhidas candidatas para representar o município durante o ano. A festa reúne ainda pavilhões de exposição onde são expostos os produtos do comércio e da indústria locais. Conta com toda infra-estrutura com parques de diversão, visitas a parreirais de uvas.

Prova do sucesso que esse evento tem alcançado é de que recebemos em média, durante 10 dias de duração da Festa, mais de 200.000 pessoas, oriundas de todo Brasil. Comercializa-se direto ao público mais de 50.000 kg. de uvas de diversas variedades. Todo ano se fazem presentes várias autoridades, políticos, profissionais e produtores das mais importantes regiões produtoras de uva do país.

Com o objetivo de manter Marialva como pólo difusor de tecnologia vitícola, acontece tradicionalmente no mês de julho “O Encontro de Viticultores de Marialva” reunindo cerca de 600 participantes de todo o país.

Tendo em vista a importância do município de Marialva no contexto sócio-econômico do Estado do Paraná, é que vimos à presença dos nobres parlamentares para solicitar a aprovação do mesmo presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 85/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de utilidade Pública Estadual a Sociedade Beneficente Estrela da Manhã, com sede e foro na cidade de Maringá/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

**JUSTIFICATIVA:**

A Sociedade Beneficente Estrela da Manhã, com sede e foro na cidade de Maringá/PR, fundada em 29 de março de 2001, é uma entidade civil, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos que atende pelo nome fantasia de Centro de Apoio Emaús, que tem por finalidade:

Assistir espiritual, moral e materialmente os portadores de vírus HIV, dar assistência educacional, moral, psicológica, cultural e material aos familiares dos portadores do referido vírus; trabalhar na prevenção deste desafio.

O Centro de Apoio Emaús desenvolve um trabalho de suma importância na cidade de Maringá e Região, motivo pelo qual solicitamos o apoio dos nobres pares na aprovação desta propositura.

PROJETO DE LEI Nº 86/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao município de Icaraíma, o terreno de lotes nºs 2, 3, 4, 5, e 6 da Quadra 05, com área total de 2.240m<sup>2</sup>, situado no Distrito de Porto Camargo, no município de Icaraíma, com as seguintes confrontações: “data nº 2, pela frente

confronta-se com a Avenida nº 1; pela direita limita-se com o lote nº 3; pela esquerda com o lote nº 1 e 14 e pelos fundos com o lote nº 5; data nº 3, pela frente confronta-se com a avenida nº 1; pela direita limita-se com o lote nº 4; pela esquerda com o lote nº 3 e pelos fundos com o lote nº 5; data nº 4, pela frente confronta-se com a avenida nº 1; pela direita com a rua nº 18; pela esquerda com o lote nº 3 e pelos fundos com o lote nº 5; data nº 5, pela frente confronta-se com a rua nº 18, pela direita com o lote nº 6; pela esquerda com os lotes nºs 2, 3 e 4 e pelos fundos com o lote nº 13; data nº 6, pela frente confronta-se com a rua nº 18; pela direita com o lote nº 7, pela esquerda com o lote nº 5 e pelos fundos com o lote nº 12”, título de propriedade nº 111 - do livro 2, de “Títulos de Datas”, com transcrição nº 8.270 do Cartório de Registro de Imóveis -- 1º Ofício da Comarca de Umuarama.

Art. 2º - O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal exclusivamente para a construção de uma quadra de esportes coberta, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto que ora apresentamos tem o objetivo de viabilizar a construção de uma quadra esportiva coberta no referido terreno.

Em 1968 o município havia dado esta área para o antigo Departamento de Edificações e Obras Especiais, através de lei municipal. Ocorre que o órgão não utilizou o terreno e com o passar dos tempos o local foi se transformando numa grande favela, com casa em precárias condições de moradia.

O município preocupado com as condições e qualidade de vida dessas pessoas, conseguiu junto ao Governo do Estado a construção de um conjunto habitacional em outro local com 20 unidades para acomodar aquelas famílias que viviam em situação de total desconforto. Para angariar recursos e possibilitar a construção do referido conjunto habitacional, o município assumiu compromisso com a Caixa Econômica Federal, órgão gestor, de reurbanizar a área desocupada pela favela e ocupada com outras edificações e atividades a fim de evitar que o problema venha se repetir.

A área que o município ora pleiteia tem as características e localização ideal para a construção de uma qua-



dra coberta de esportes, obra que beneficiará a população da cidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 87/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o programa de Aproveitamento de Alimentos Não Consumidos, coordenado pelo Governo do Estado do Paraná, com o objetivo de captar doações de alimentos e promover a sua distribuição, diretamente ou por meio de entidades previamente cadastradas, às pessoas e/ou famílias em estado de vulnerabilidade nutricional.

Parágrafo Único - O programa terá como objetivo, arrecadar junto às indústrias, cozinhas industriais, restaurantes, mercados, feiras, sacolões ou assemelhados, alimentos, industrializados ou não, preparados ou não, que, por qualquer razão, tenham perdido sua condição de comercialização, sem contudo, terem sido alteradas as propriedades que garantam as condições plenas e seguras para o consumo humano, segundo o órgão estadual competente.

Art. 2º - A coleta e a distribuição dos alimentos doados deverão ocorrer em condições adequadas e devidamente autorizadas pela autoridade sanitária estadual ou municipal, mediante solicitação do doador.

Parágrafo Único - Poderão habilitar-se como doadores, pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pelos estabelecimentos referidos no artigo anterior.

Art. 3º - A coleta e a distribuição dos alimentos às pessoas ou famílias poderão ocorrer por meio de entidades assistenciais, sem fins lucrativos, previamente cadastradas, conforme critérios a serem definidos pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único - As entidades assistenciais que promoverem a coleta e/ou distribuição de alimentos deverão informar periodicamente o número de pessoas e famílias atendidas com as doações, preservando a identidade das pessoas físicas beneficiadas.

Art. 4º - O Poder Executivo coordenará o programa, buscando racionalizar a coleta e a distribuição, devendo incentivar as ações previstas nesta lei nos municípios do estado, que serão responsáveis pela sua execução.

Parágrafo Único - O Poder Executivo poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades públicas ou privadas, objetivando a operacionalização das ações previstas nesta lei.

Art. 5º - O Poder Executivo deverá promover campanhas de esclarecimentos e estímulo à doação, à

redução de desperdício, ao aproveitamento integral de alimentos e às demais atividades de educação para o consumo.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 05.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que estamos levando à consideração da Assembléia Legislativa objetiva criar o Programa de Aproveitamento de Alimentos Não Consumidos tem obtido enorme sucesso no Estado do Rio Grande do Sul, com a intenção de evitar o desperdício de alimentos não consumidos e a busca de soluções para o problema da fome. A questão merece ser examinada de forma mais acurada por parte desta Administração quanto ao aspecto de sua constitucionalidade e de sua conveniência administrativa.

Ainda, deve-se considerar que a função de promoção da Saúde e Assistência Social é competência comum entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme prevê o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal. Nesse caso, a competência é administrativa estando nela incluídas, conseqüentemente, a captação de doações de alimentos e a promoção de sua distribuição.

O projeto de lei que estamos apresentando estabelece critérios mínimos para a garantia da qualidade dos alimentos a serem consumidos, observando exigências da vigilância sanitária, bem como a ampliação das doações, a partir da maior segurança para os doadores.

Ao mesmo tempo, para a erradicação desse problema, necessita-se de uma reorientação do projeto de desenvolvimento do estado, como tem sido propugnado pela atual Administração. Tal reorientação objetiva criar mais empregos, maior distribuição de renda e aplicação de recursos expressivos na área social, por intermédio das diferentes políticas de saúde, de educação, de agricultura, de geração de trabalho e de renda, dentre outras, indispensáveis à construção da cidadania.

#### PROJETO DE LEI Nº 88/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Cecília do Pavão, com sede no município de Santa Cecília do Pavão e foro no município de São Jerônimo da Serra.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Cecília do Pavão, com sede no município do mesmo nome, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho junto à comunidade de Santa Cecília do Pavão e de toda região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 89/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a conceder incentivo fiscal a contribuinte que apoiar financeiramente projeto esportivo, nos termos desta lei;

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - incentivador - o contribuinte tributário que apoie financeiramente projeto esportivo;

II - empreendedor - o promotor de projeto esportivo.

Art. 3º - O contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - que apoiar financeiramente projeto esportivo poderá deduzir a quantia aplicada mensalmente, até o limite de 3% (três por cento) do valor do imposto devido, referente à quota-parte do Estado, na forma e nos limites estabelecidos por esta lei.

Parágrafo Único - A dedução nos termos deste artigo somente poderá ser iniciada pelo contribuinte trinta dias após o repasse dos recursos ao empreendedor esportivo.

Art. 4º - Poderão ser beneficiados por esta lei, projetos relativos às seguintes modalidades esportivas:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistenciais de educação, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes;

II- desporto de participação, praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas realizadas com a finalidade de contribuir para a integração dos participantes na vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado de modo não profissional, compreendendo o desporto amador, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência

de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais para atletas de qualquer idade.

Parágrafo Único - Poderão ser também beneficiados, nos termos desta lei, projetos que visem a aquisição de equipamentos e à preservação, à manutenção ou à construção de infra-estrutura destinada à prática desportiva.

Art. 5º - O montante de recursos deduzidos na forma desta lei observará a seguinte distribuição:

I - vinte por cento (20%) para desporto educacional;

II- trinta e cinco por cento (35%) para o desporto de participação, sendo 60% (sessenta por cento) destes programas de cunho social que beneficiem a população carente;

III - trinta e cinco por cento (35%) para o desporto de rendimentos sendo 30% (trinta por cento) destes para o futebol amador;

IV - dez por cento (10%) para a aquisição de equipamentos e para preservação, a manutenção ou a construção de infra-estrutura necessária à prática do esporte nas modalidades definidas nos itens anteriores.

Parágrafo Único - É vedada concessão de incentivo a projeto esportivo a ser desenvolvido em circuito privado ou comercial.

Art. 6º - A soma dos recursos do ICMS postos à disposição pelo Estado para a finalidade prevista no artigo 3º desta lei não poderá exceder, relativamente ao montante da receita líquida anual do imposto, os seguintes percentuais:

I - zero vírgula zero cinco por cento (0,05%), no exercício de 2002;

II - zero vírgula dez por cento (0,10%), no exercício de 2003;

III - zero vírgula quinze por cento (0,15%) no exercício de 2004 e seguintes.

Parágrafo Único - Atingido o limite previsto neste artigo, o projeto esportivo aprovado aguardará o exercício fiscal seguinte para receber o incentivo.

Art. 7º - O contribuinte com débito tributário inscrito em dívida ativa até a data da promulgação desta lei poderá quitá-la em até cento e oitenta dias após sua publicação, com desconto de 50% (cinquenta por cento) da multa devida, desde que apoie financeiramente projeto esportivo, nos termos deste artigo.

§ 1º - Para obter o benefício previsto no *caput* deste artigo, o contribuinte incentivador apresentará requerimento à Secretaria de Estado da Fazenda e, até cinco dias após seu deferimento, efetuará recolhimento do valor devido, após o desconto, da seguinte forma:

I - setenta e cinco por cento (75%) serão recolhidos por meio de Documento de Arrecadação Estadual - DAE, observada a legislação sobre o pagamento de tributos estaduais;

II - vinte e cinco por cento (25%) serão repassados diretamente pelo contribuinte incentivador ao empreendedor esportivo, autorizado pela comissão técnica, por meio de cheque nominal, depositado em conta bancária de que se seja titular, observados ainda, outras condições estabelecidas em regulamento.

§ 2º - O recolhimento de que trata o parágrafo anterior poderá, a critério da Secretaria de Estado da Fazenda, ser parcelado, na forma e no prazo previstos.

§ 3º - A apresentação do requerimento a que se refere o parágrafo 1º deste artigo importa a confissão do débito tributário.

§ 4º - O disposto neste artigo não se aplica ao crédito inscrito em dívida ativa decorrente de ato praticado com evidência de dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo.

Art. 8º - O valor dos recursos deduzidos na forma do artigo 3º, bem como o dos recursos repassados na forma do inciso II do parágrafo 1º do artigo 7º, será de, no máximo 80% (oitenta por cento) do total de recursos destinados ao projeto pelo incentivador, o qual deverá integralizar o restante de contrapartida, nos termos definidos em regulamento.

Art. 9º - Somente receberá apoio financeiro com recursos provenientes da aplicação desta lei, o projeto esportivo previamente aprovado por comissão técnica instituída pelo órgão competente, composta de:

I - dois representantes da Secretaria de Estado da Educação;

II - dois representantes da Secretaria de Estado da Fazenda;

III - um representante da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho;

IV - cinco representantes das entidades associativas de modalidades esportivas sediadas no Estado, por elas indicados em reunião convocada especialmente para este fim pela Secretaria da Educação;

V - um representante das associações comunitárias.

§ 1º - A comissão técnica regulamentará as normas para a seleção dos empreendedores aptos a receber os benefícios desta lei.

§ 2º - Terá prioridade para exame o projeto que contiver a intenção do incentivador de apoiá-lo financeiramente.

§ 3º - A comissão técnica poderá estabelecer o limite máximo de recursos a serem concedidos a cada projeto.

§ 4º - A Secretaria de Estado da Educação tornará disponível para os interessados a documentação referente aos projetos esportivos relacionados com esta lei.

Art. 10 - É vedada a concessão do incentivo previsto nesta lei a órgão ou entidade da administração

pública direta ou indireta de qualquer esfera federativa, exceto:

I - escola pública;

II - entidade da administração pública indireta que desenvolva atividade relacionada com a área esportiva;

III - pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, criada com finalidade de dar suporte a unidade esportiva pertencente ao poder público.

Parágrafo Único - O total de recursos destinados aos empreendedores a que se referem os incisos I, II, III deste artigo não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) da parcela da receita do ICMS destinada anualmente pelo Estado a projetos esportivos.

Art. 11 - É vedada a concessão de incentivo fiscal nos termos desta lei ao projeto em que seja beneficiário o próprio incentivador, qualquer de seus sócios ou instituições a ele coligadas.

Parágrafo Único - A vedação prevista no *caput* deste artigo estende-se aos ascendentes, aos descendentes em primeiro grau e ao cônjuge ou ao companheiro do incentivador ou de seus sócios.

Art. 12 - A divulgação de projeto financiado nos termos desta lei conterá menção ao apoio institucional do Governo do Estado.

Art. 13 - O incentivador que utilizar indevidamente os benefícios desta lei, mediante fraude ou dolo, fica sujeito a:

I - multa correspondente a duas vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias;

II - pagamento integral do tributo, acrescido dos encargos previstos em lei.

Art. 14 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua publicação.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

O desporto é direito individual, alicerçado pelos princípios da democratização, da liberdade, do direito social e da identidade nacional, que atestam seu valor na formação do cidadão. O esporte se volta para o desenvolvimento integral do homem, como será autônomo e participante.

O Paraná, embora reconhecido internacionalmente por seus feitos na área do esporte, necessita de promover incentivo à sua prática. Muitas vezes se divulga nos meios de comunicação, a impossibilidade de atletas participarem de competições por carência de suporte financeiro.

Assim sendo, é preciso que se criem mecanismos para aplicação de recursos que viabilizem o desenvolvimento das atividades esportivas. Na forma dos incentivos fiscais contidos no projeto de lei que propomos, acreditamos que o Estado estará dando condições ao atleta de obter aprimoramento técnico adequado, cumprindo com sua função social.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Não há oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes. Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PL, PSC, PSL, PDT, PT, PPB, PMDB, PFL, PSDB, PTB, PPS, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

**(Declinam)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar um posto do Corpo de Bombeiro com sede no município de Tibagi, Estado

do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

**Aprovada a emenda.**

**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/99, de autoria do deputado Sérgio Spada, que torna obrigatório a exibição de informações sobre o turismo no Paraná nas telas das salas de projeção situadas no Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CT. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a isentar da alíquota de ICMS os medicamentos de uso contínuo destinados a cardíacos, hipertensos e diabéticos. COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF E SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a designar 20% da sua verba destinada aos meios de comunicação oficial para veicular propaganda de eventos e/ou atividades vocacionais de cada região do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a reduzir a taxa de cobrança da coleta e tratamento de esgoto para 50% do custo do abastecimento faturados. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, estávamos até o presente momento na Comissão de Constituição e Justiça, dada a solicitação do presidente Hermas Brandão e do presidente Basílio Zanusso, para que pudéssemos liberar o maior número de projetos. Em decorrência disso, não conseguimos chegar a tempo de nos pronunciarmos, fosse no Pequeno, no Grande Expediente ou no Horário de Liderança.

Então, peço a V. Exa. que nos inscreva em Explicações Pessoais, porque pretendo falar alguma coisa acerca das reivindicações dos servidores da Secretaria de Estado da Agricultura e do decreto editado no dia de ontem, pelo governador.

Então peço a V. Exa. que me inscreva em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está inscrito V. Exa.

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar a Ciretran de Querência do Norte e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Governo do Paraná, a extinguir a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, nas operações de compra e venda de medicamentos genéricos. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. Aprovado. (Publ. no DA nº 170/2000, de 28.11.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 406/2000

##### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 406/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a extinguir a cobrança do ICMS, nas operações de compra e venda de medicamentos.

O projeto, em função da sua natureza autorizatória, não apresenta óbices de natureza constitucional ou legal, razão pela qual opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

**JOSÉ MARIA FERREIRA** - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 406/2000

##### P A R E C E R :

Chamada esta Comissão de Finanças a manifestar-se sobre o Projeto de Lei nº 406/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, o qual “autoriza o Governo do Estado do Paraná, extinguir a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, nas operações de compra e venda de medicamentos genéricos”, nada há, ao nosso ver, que impeça sua normal tramitação, visto que, trata-se de projeto de natureza autorizatória.

Assim sendo, manifesta-se esta comissão com parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.10.2001.

(aa) **ADEMIR BIER** - Presidente

**NEIVO BERALDIN** - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 406/2000

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo autorizar o Governo do Paraná, extinguir a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, nas operações de compra e venda de medicamentos genéricos.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e após obter pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES** - Presidente

**LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO** - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento clínico e odontológico gratuito para os estudantes das Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino no Paraná; **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 183/2000, de 11.12.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 429/2000

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Plauto Miró Guimarães Filho, dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento clínico e odontológico gratuito para os estudantes das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino no Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade e legalidade, nada foi encontrado que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável à sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

**MARCOS ISFER** - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 429/2000

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Saúde Pública, determinar a obrigatoriedade do atendimento clínico e odontológico gratuito, aos estudantes da Rede Pública de Ensino, no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 429/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, tem por finalidade, “dispor sobre a obrigatoriedade de atendimento clínico e odontológico gratuito para os estudantes das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino no Paraná”. (sic)

A Comissão de Constituição e Justiça instada a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontrou que pudesse impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, por unanimidade de votos o relatório do deputado Relator Marcos Isfer.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar, o presente vem de encontro ao anseio da sociedade no intuito de garantir um atendimento básico na área médica e odontológico para todos os alunos matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino.

Assim sendo, ao analisarmos as questões de fundo, ou seja o mérito, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/2001, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que autoriza os servidores civis e militares, faltarem ao serviço até 04 (quatro) dias para doação de sangue. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2001, de 19.02.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 012/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que visa autorizar os servidores civis e militares, faltarem ao serviço até 04 (quatro) dias para a doação de sangue.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos

que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SÉRGIO SPADA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 012/2001

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do nobre deputado Antonio Anibelli, tem por escopo autorizar servidores civis e militares do Estado a faltarem ao serviço, até 04 (quatro) dias por ano, para a doação voluntária de sangue, sem prejuízo de seus salários.

Autoriza, ainda, o Poder Executivo a regulamentar a pretendida lei, em 60 (sessenta) dias após sua publicação.

**O mérito**

A medida aqui proposta é de relevante alcance social, no momento em que oportuniza aos hemocentros do Estado a reporem seus estoques de sangue, via de regra altamente deficitários.

Apenas para ilustrar, cabe lembrar as notícias veiculadas recentemente na imprensa local sobre a falta de sangue que vem assolando os bancos do Estado de São Paulo, e sobre as conseqüências funestas ocasionadas pela carência do precioso bem naquele Estado.

A proposta em tela, se transformada em lei, certamente contribuirá para que os hemocentros de nosso Estado, não venham passar pelas dificuldades que o vizinho Estado vem sofrendo, inclusive abolindo o risco para muitas vidas.

Neste contexto, deve-se considerar ainda que a proposta, se viabilizada, servirá de incentivo para doadores em potencial, que muitas vezes deixam de doar sangue por não poderem faltar ao expediente, venham a fazê-lo sem a preocupação de sofrerem descontos em suas remunerações.

**Conclusão**

Diante do exposto, e considerando, ainda, que a proposta objetiva a salvaguarda de vidas humanas, bem muito mais valioso que alguns dias de trabalho de qualquer servidor, nosso parecer é favorável no que atine ao mérito da matéria, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.07.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
WALDYR PUGLIESI - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho e deputado Antonio Baratter, que autoriza o Poder Executivo a mudar a operadora que presta serviço de telefonia fixa para os diversos órgãos do Estado do Paraná. PARECERES

**FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 019/2001, de 19.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 063/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Serafina Carrilho e do deputado Antonio Baratter, que visa autorizar o Poder Executivo a mudar a operadora que presta serviço de telefonia fixa para os diversos órgãos do Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.04.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 063/2001

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em questão dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para mudar a prestadora de serviços de telefonia, levando-se em consideração que hoje temos mais de uma prestadora do serviço de telefonia, e reconhecendo a livre concorrência, objetivando a economia nestes serviços para o Poder Executivo, somos pelo parecer favorável à aprovação deste projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 63/2001

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 63/2001, de autoria dos deputados Serafina Carrilho e Antonio Baratter, autoriza o Poder Executivo a mudar a operadora que presta serviço de telefonia fixa para os diversos órgãos do Estado do Paraná.

A matéria em análise obteve pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Apesar de se tratar de projeto em lei inócuo do ponto de vista da coercitividade, porque autorizatório, não impondo conduta ao Poder Executivo, opinamos pela tramitação do Projeto de Lei nº 63/2001, por considerá-lo meritório.

Sala das Comissões, em 26.09.2001

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, autoriza o Poder Executivo a instituir a Região Turística das Cataratas do Iguaçu e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CT. Aprovado. (Publ. no DA nº 038/2001, de 16.04.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 128/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Eli Ghellere, visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Região Turística das Cataratas do Iguaçu e dá outras.

Chamada esta comissão a se manifestar, vez que nos foi encaminhada a complementação solicitada de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SÉRGIO SPADA - Relator

COMISSÃO DE TURISMO  
PROJETO DE LEI Nº 128/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Eli Ghellere, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir a Região Turística das Cataratas do Iguaçu e dá outras providências.

Sobre a matéria já pudemos observar o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Turismo, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa, verificamos como consta da justificativa do projeto em tela, que com o desenvolvimento do turismo, aumentará a permanência do turista na região e com isto, o setor de serviços e o comércio regional fomentarão o índice de emprego, crescerá a arrecadação do Estado proporcionando o desenvolvimento regional.

Diante do exposto, somos compelidos a emitir nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(a) CHICO NOROSTE - Presidente e Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que cria o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2001, de 15/03/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 180/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se que a matéria em tela por possuir caráter autorizatório e altamente meritório atende aos dispositivos legais.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 180/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do deputado Nelson Tureck, que tem por finalidade criar o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências.

O referido projeto em tela já mereceu o devido pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que dita o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, podemos observar na própria justificativa do autor da matéria, que um dos principais objetivos do projeto em questão, é a fixação do homem no meio rural. Com esta propositura, estaremos contribuindo para amenizar a grave situação pela qual passa o setor habitacional rural, e é extremamente necessário criar-se política básica que destine recursos específicos à produção, aquisição ou reforma de moradias.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 180/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo criar o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e após obter pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que proíbe que as empresas de concessão de serviços públicos de água, luz e telefonia façam o corte do fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento de contas em dias específicos e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03/09/2001.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 396/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 362/2001, de autoria do ilustre deputado Ademir Bier, que "proíbe que as empresas de concessão de serviços públicos de água, luz e telefonia façam o corte de fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento de contas em dia específicos e dá outras providências.

O referido texto não encontra óbice quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, pelo que emitimos parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.10.2001.

(aa BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.  
PROJETO DE LEI Nº 396/2001

P A R E C E R :

A presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Ademir Bier, proíbe que as empresas de concessão de serviços públicos de água, luz e telefonia façam o corte de fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento de contas em dias específicos e dá outras providências.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável, pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, entende que o projeto objetiva impedir que o usuário dos serviços públicos de água, luz e telefone, venha a sofrer com a interrupção do fornecimento residencial.

Vale salientar, que o corte dos serviços nos finais de semana e feriados, acarreta inúmeros transtornos aos usuários, dada a essencialidade de que se revestem tais serviços.

Ao analisar o lado dos usuários, entende-se que o ato proposto eliminaria o risco de privação desses



serviços por período prolongado. Vemos ainda que esta nova sistemática não acarretaria mudanças significativas às empresas de concessão de serviços, pois somente alteraria a data do corte, não acarretando desvantagem alguma para as empresas prestadoras de serviços.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no Artigo 33, parágrafo 6º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 396/2001, na forma de Emenda anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
CHICO NOROESTE - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 396/2001

#### P A R E C E R :

Suprima-se do Art. 1º do Projeto de Lei nº 396/01, de autoria do deputado Ademir Bier a expressão “telefonia”, passando à seguinte redação:

“Art. 1º - As empresas de concessão de serviços públicos de água, luz ficam proibidas de cortar o fornecimento residencial de seus serviços, por falta de pagamento de suas respectivas contas, às sextas-feiras, sábados, domingo e feriados e no último dia útil anterior a feriado”.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(a) EDSON SATRAPASSON

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 286 a 288 e 299 a 301, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 293, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 294 e 295, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 296, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 297, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 303 e 304, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 305, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### Explicações Pessoais:

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao senhor deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Na condição de médico veterinário, presidente do Bloco Agropecuário, não poderíamos, de forma alguma, deixar de, no dia de hoje, já que no dia de ontem não foi possível chegarmos à Sessão Plenária porque estávamos vindo de Paranaíba onde realizamos mais uma audiência pública da CPI do Leite, mas temos informações de que outros parlamentares se manifestaram a respeito da greve dos servidores da Secretaria da Agricultura e esta, senhor presidente, tem as suas razões de existir porque desde 1995 os técnicos, os funcionários da Secretaria da Agricultura não recebem nenhum tipo de melhoria salarial e sequer a reposição das perdas que ocorreram durante este período e que atinge hoje o patamar já em 62%.

Essas reivindicações foram levadas anteriormente ao secretário Poloni, ao chefe da Casa Civil, Alcení Guerra, ao secretário da Administração; foram levadas recentemente ao doutor Deni Schwartz como um alerta do início dessa greve e basicamente o que reivindicam os funcionários da Secretaria da Agricultura é a implantação do plano de cargos, carreiras e salários, é a reposição imediata das perdas salariais de agosto de 95 até o momento, a extensão do adicionais compensatório para todos os servidores, a eliminação do redutor salarial e abertura do concurso público para preencher as vagas disponíveis na Secretaria de Estado da Agricultura.

No dia de ontem e sabemos depois de uma ação bastante firme do presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, o Decreto nº 53/91, do governo do Estado, foi editado e estabeleceu uma gratificação pelo exercício de cargos especiais aos técnicos da Secretaria de Agricultura, do Abastecimento, que atuem diretamente nas atividades de fiscalização da ordem normativa de defesa vegetal e animal no percentual de 100% sobre o salário básico. É bom isto que foi concedido ontem? É bom, porque é um abono de 100% em cima do salário-básico dos que trabalham na fiscalização vegetal e animal. Atende as reivindicações dos servidores? Não atende, porque a reivindicação que se faz por parte dos servidores diz respeito à reposição salarial de 62% que está sendo acumulada desde agosto de 95, diz respeito à implantação de um plano de cargos, carreira e salários para todos os servidores da Secretaria da Agricultura e não apenas para aqueles que atuem na fiscalização animal e vegetal. Este benefício na forma de gratificação de 100% sobre o salário base para aqueles que atuem na fiscalização deixa de fora, por exemplo, aqueles que atuam no departamento de economia rural e todos os demais que atuam na Secretaria da Agricultura. E nós estamos a falar sobre a necessidade de termos uma melhoria salarial para os trabalha-

dores na agricultura do Estado do Paraná, porque afinal de contas, senhor presidente, senhores deputados, há 37 anos o Paraná luta para ver erradicado do seu território a febre aftosa. Começou isto em 65, em Paranavaí, quando Paulo Pimentel era secretário de Estado da Agricultura do Paraná e teve início naquela ocasião a campanha de vacinação contra a febre aftosa. Muito se lutou para isso. Muito se lutou para que fosse eliminada do território paranaense a doença de New Castle que ataca os frangos, a peste suína clássica que ataca os suínos. E tudo isso se conseguiu. E agora, além da ausência já de fiscais, de profissionais na medicina veterinária, de profissionais de agronomia, nos postos de fiscalização espalhados por todo o Estado do Paraná, acometendo o Estado de um risco gravíssimo de surgimento de doenças, tanto na área vegetal, como na área animal, estamos com uma situação muito mais terrível, que é a paralisação de todos os funcionários, impedindo o trânsito de animais, já que a guia de trânsito animal não é expedida, as exposições, feiras agropecuárias estão sendo prejudicadas com isso. Tudo por causa de quê?

Porque o Governo, em um determinado momento, ao invés de estabelecer a reposição salarial, cortou inclusive a gratificação que tinham os profissionais da fiscalização, no que diz respeito à peculiaridade ou, se não me falha a memória, insalubridade. Agora, ao invés de atender às reivindicações dos profissionais enviando, como ficou acertado em novembro, dezembro, do ano passado, o plano de cargos, carreiras e salários, vem o Governo com um abono, com uma gratificação apenas para aqueles que trabalham na fiscalização, deixando de fora todos os demais servidores e ainda trazendo essa melhoria salarial na forma de abono que não conta para efeitos previdenciários e não pode ser incorporada para fins de aposentadoria.

Portanto, é um benefício sim, mas que não atende às reivindicações do setor. E nós fazemos um apelo a todos os senhores deputados: se sensibilizem com as reivindicações do setor produtivo rural, porque afinal de contas são essas pessoas que, somadas aos produtores, propiciaram ao Estado do Paraná um incremento de 50% na produção agropecuária deste Estado, são os veterinários, os agrônomos, os zootecnistas, os técnicos agrícolas, que somados aos produtores rurais puderam, através da extensão rural, da assistência técnica e da pesquisa e do incremento que cada um procurou fazer de sua parte, fazer com que o Paraná se mantivesse na dianteira da produção agropecuária deste Estado, produzindo cerca de 25% de tudo que se produz neste Brasil em termos de produção agropecuária.

Um Estado que tem essa grandeza de produção e de produtividade, que tem a grandeza espelhada na qualificação e dedicação dos seus profissionais da medicina veterinária, da agronomia, da zootenia, dos técnicos agrícolas, e também de todos aqueles outros que atuam na área econômica, na área administrativa, da Secretaria de Estado da Agricultura, quer dizer,

não pode o Estado do Paraná deixar isso em branco, não pode deixar de dar a atenção que precisam esses profissionais, não pode virar as costas para aquele setor que mais cresceu, porque os dados do IBGE mostram que o crescimento econômico do Paraná é muito mais em função do crescimento do agronegócio do que do crescimento das indústrias que foram implantadas.

O maior crescimento, o maior benefício à economia do Paraná, continuou sendo, demonstrado e ofertado à economia do Paraná, continuou sendo, demonstrado e ofertado por quem sempre fez isso, foi o setor produtivo rural.

Por essa razão não pode o Governo do Estado virar as costas à Secretaria da Agricultura, não pode virar as costas aos funcionários daquela pasta e deixar de atendê-los nas reivindicações, que é a reposição salarial, a implantação de cargos, carreiras e salários e a contratação de mais profissionais, para que as nossas barreiras, as nossas unidades de fiscalização não fiquem descobertas. E com isso evidentemente possa o Paraná, daqui a um mês, daqui a dois meses, estar no cenário nacional, não anunciando a grande produção que teve, a grande produtividade que teve, mas anunciando, quem sabe, como aconteceu no Rio Grande do Sul, na Argentina, no Paraguai e em outros lugares, o surgimento, ou o ressurgimento dos malfadados focos de febre aftosa.

Que o Governo não vire as costas para esse setor, que atenda as reivindicações, que pesa um pouco na folha e no orçamento do Estado, mas que produz, em muito, para que esse Estado possa se engrandecer.

Senhor presidente, tivemos, hoje, de manhã, através do Bloco Agropecuário, com a presença dos deputados Irineu Colombo, Eli Ghellere e Luciana Rafagnin, a oportunidade de, mais uma vez, discutirmos a busca de uma solução, para o problema dos ilhéus, de Ilha Grande, no Rio Paraná. Um problema que se alastra há mais de 20 anos, desde que se implantou a Usina de Itaipu e ocorreu o alagamento daquela região do Noroeste do Paraná, mais especificamente, a Ilha Grande, onde mais de três mil famílias habitavam. E, hoje, essas famílias foram expulsas daquele local, já há muitos anos atrás - não foram reassentadas, não foram indenizadas. Hoje, se espalham por todo o território nacional e até fora do nosso País. Nenhuma providência - tanto do governo estadual, tanto dos governos municipais e, principalmente, do governo federal - para que a questão se normalizasse.

O Bloco Agropecuário está fazendo um apelo as autoridades constituídas, no sentido de que possamos ver essa questão solucionada e milhares de famílias ressarcidas dos seus prejuízos.

Era isso, senhor presidente.

Muito obrigado, pela atenção de V. Exa. e dos colegas que, aqui, permaneceram para nos ouvir, em Explicações Pessoais.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Explicações Pessoais)**

Quero me somar ao deputado Orlando Pessuti, até na condição de funcionário licenciado, que sou, da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

Tivemos um exemplo recente com relação à greve nas universidades estaduais, que foi fruto, o seu término, na noite de ontem, de manchete no Jornal Nacional.

Deputado Cartário, com relação à Secretaria de Agricultura sabemos da dificuldade por que passam os funcionários, técnicos e da função grande e específica que têm, de forma geral, no tratamento da questão da agropecuária do Paraná - os funcionários da Secretaria de Agricultura.

Gostaria de fazer um apelo à Liderança do Governo, à Bancada, especialmente, do Governo, para que se intermediasse o entendimento na questão da greve, porque isso pode se tornar um problema muito grande para o Estado do Paraná.

Como disse, aqui, o deputado Pessuti - ele tem conhecimento de causa - essas conquistas que tivemos até hoje, especificamente, na questão da sanidade animal, podemos jogar isso fora de uma hora para outra, tendo em vista essa situação. Sabemos de todas as dificuldades que passa o quadro geral de funcionários do Estado do Paraná e, em específico, os funcionários da nossa Secretaria de Agricultura.

Gostaria de solicitar, senhor presidente, o empenho da liderança do governo e de toda esta Casa, para que possamos juntos buscar uma alternativa de solução, uma negociação com o governo do Estado, para que não tenhamos quem sabe aí, um prejuízo para a sociedade paranaense, para a nossa agropecuária. Porque acho que os funcionários da Secretaria de Agricultura, ao longo dos tempos, sempre deram demonstração de trabalho e de muito empenho, em todos os programas desenvolvidos pela Secretaria de Agricultura, inclusive, em programas que, hoje, são referência não apenas para o Estado do Paraná, mas para o nosso Brasil e para outros países.

Era isso que eu gostaria de colocar. Acho que devemos votar esse assunto, em outras oportunidades. A nossa preocupação é que isso não se torne, daqui a pouco, em um movimento que pudesse perdurar por muito tempo, como aconteceu com a greve das universidades

estaduais. Que possamos buscar uma alternativa de solução, porque com certeza absoluta a greve é prejudicial ao Estado do Paraná. Os nossos funcionários da Secretaria de Agricultura estão em uma situação extremamente delicada, fizeram reivindicação em todos os níveis, levando propostas em todos os setores. Por último tomaram a decisão de entrar neste movimento de paralisação que acho que nós deveremos trabalhar para que possamos chegar ao entendimento e a uma solução.

Muito obrigado pela deferência que V. Exa. me concede de falar aqui em explicações pessoais, apenas para externar a nossa preocupação.

Muito obrigado.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Só para fazer um comunicado, porque sei que este assunto interessa a todos os senhores deputados, no dia de amanhã, às 9h30min, a CPI dos Alimentos estará reunida para ouvir o sindicato da Indústria do Leite. Teremos também a presença da indústria que fabrica as embalagens Longa Vida, a Tetrapack e a organização das Cooperativas do Paraná.

Então, os deputados que tiverem interesse em conhecer a posição da indústria do leite, da indústria de embalagens, terá oportunidade, amanhã, 9h30min no Plenarinho, de participar da reunião da CPI dos Alimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Fica, porém, o convite para todos os senhores deputados, amanhã às 9h15m, a reunião da CPI dos Alimentos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 506/1999; 401/2000; 164, 468 e 502/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 406, 429/2000; 012, 063, 128, 180 e 396/2001.

Levanta-se a Sessão.